

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

INF9010

45.725.975

12

2023

São José do Rio Preto (SP), 26 de março de 2024.

Ao
Banco Central do Brasil
Diretoria de Regulação

CARTA DE APRESENTAÇÃO

REF:- Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Prezados Senhores:

Em atendimento ao requerido na resolução Nº 4.720 e demais normativos vinculados, estamos encaminhando arquivo eletrônico que contém os documentos abaixo elencados e, que compõem as Demonstrações Financeiras da FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. relativas ao período supramencionado:

- 1- Relatório da Administração;
- 2- Relatório do Auditor Independente;
- 3- Demonstrações Financeiras;
- 4- Notas Explicativas.

Informamos que estes documentos foram devidamente disponibilizados no sitio eletrônico <https://abac.org.br/sou-uma-associada/a-abac/balancosAdms>, da Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam a cópia fiel das demonstrações financeiras, ora auditada pela empresa ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S.LTDA (Alberto Francisco Costa-CVM Nº 8.941 – CNAI nº 1.775) e, disponibilizadas de forma eletrônica no endereço <https://abac.org.br/sou-uma-associada/a-abac/balancosAdms>, no sitio da Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC.

Atenciosamente,

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas e Administradores:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Finama Administradora de Consórcios Ltda (Finama Consórcios) e dos Grupos de Consórcios que administra, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Área de atuação da Empresa

O Consórcio Finama é uma sociedade limitada que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens móveis (automóveis e motocicletas), de bens imóveis por meio de autofinanciamento dos consorciados nos termos da Lei nº 11.795 de 08 de outubro de 2008. Nossa atuação abrange toda região metropolitana de São José do Rio Preto. Atingimos públicos diversos, viabilizando e ajudando-os a se organizarem para a aquisição de patrimônio de forma planejada e consciente.

Portfólio de Grupos

Em 31.12.2023 tínhamos sob nossa administração 31 grupos de consórcio em andamento, distribuídos em: 01 grupo de bens imóveis (3,22%); 05 grupos de veículos automotores (16,13%); 25 grupos de motocicletas e motonetas (80,65%). As cotas ativas desses grupos totalizaram 5.048, estando 3.322 já contempladas (65,79%). Entre os grupos, observa-se um crescimento na demanda de novas cotas que se reflete no aumento da participação das cotas ativas (aumento de 1% em relação ao primeiro semestre de 2023) em relação ao portfólio.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Finama Consórcios finalizou o exercício de 2023 com lucro líquido de MR\$756. Nesse período foi observado o aumento da receita de prestação de serviços em aproximadamente 3% em relação ao mesmo período de 2022. E uma variação líquida positiva das disponibilidades (caixa) de 16,03%, equivalente a um aumento de MR\$1.491. Esse resultado foi obtido mesmo com o aumento das despesas com pessoal (2,14%), e com a redução das despesas comerciais e administrativas (21,65%), decorrentes de uma estratégia de modernização, aumento da capacitação técnica, aumento da qualidade do atendimento e dos controles de risco. Assim, o patrimônio líquido da empresa atingiu o montante de MR\$9.100.

Essa performance demonstra a adaptabilidade da empresa a cenários adversos, com atenção ao comportamento da sociedade e economia em relação a fatores como padrão de consumo, inadimplência, juros, inflação e emprego. Além disso, reforça a confiança de nossos consorciados em sinergia com a atuação firme e comprometida dos nossos colaboradores, parceiros e dirigentes.

Em relação a aquisição de bens (bens entregues), no exercício de 2023 foram faturados 865 bens no total MR\$25.895. Esse montante teve um aumento de aproximadamente 2% em relação ao mesmo período de 2022 onde foram faturados 850 bens no montante de MR\$28.384. Esse aumento na quantidade ocorreu em virtude de dois pontos principais: 1) aumento do número de cotas faturadas, e; 2) o aumento do ticket médio das cotas faturadas.

Cenário Econômico e Perspectivas

O segundo semestre de 2023 foi um período difícil, em que os consumidores ainda estão sentindo o impacto da inflação e dos juros elevados, que comprometem o poder de compra da população, a capacidade de honrar os compromissos no médio prazo e aumenta o risco de inadimplência.

Dado esse contexto, a Administradora espera um cenário desafiador para o exercício de 2024. Essa precaução ocorre porque, em conjunto, esses eventos impactam diretamente nas expectativas das pessoas, que se reflete nas variáveis macroeconômicas que precificam as cotas de consórcio.

Para suportar essas adversidades, a Administradora segue com a estratégia de diversificação da carteira de clientes e a revisão da política de crédito, suportados pela inovação tecnológica e automatização dos processos internos e de comercialização.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos nossos diretores, parceiros comerciais e clientes pelo apoio, confiança e credibilidade dispensadas. Aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

São José do Rio Preto (SP), 29 de fevereiro de 2.024.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e Administradores da
FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
São José do Rio Preto - SP

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** ("**FINAMA**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessas data, bem como também a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantadas em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantadas em 31 de dezembro de 2023, e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, a Administradora não observou as disposições da Resolução BCB nº 120, emitida pelo Banco Central do Brasil em 27 de julho de 2021, que dispõe sobre a necessidade, por parte das administradoras de consórcio, de reconhecer e mensurar contabilmente as suas receitas e prestação de serviços em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato (CPC 47). Desta forma, não foi possível verificar os procedimentos alternativos de auditoria e os seus efeitos nas demonstrações contábeis da Administradora decorrentes da não observância do CPC 47 em dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

(*) Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício findos. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Cumprimento dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil (Circular BACEN nº 3.524 de 03 de fevereiro de 2011);
- Gestão de grupos de consórcio, considerando os aspectos da utilização de recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, relativas as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, foram por nós auditados, sendo o relatório dos auditores independentes datado de 31 de janeiro de 2023, sem modificação.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e principais fatos administrativos do período.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e no relatório dos principais fatos administrativos, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil-Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtermos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliarmos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 29 de fevereiro de 2024.-

ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035/O-0

Alberto Francisco Costa
Contador CRC1SP164292/O-0
CNAI nº 1.775 de 11/08/2006
CVM-AD nº 8.941 de 01/09/2006

Antonio Carlos Rubinato
Contador – CRC1SP111745/O-5
Reg. IBRACON nº 5.092 de 23/08/2016

Jéssica Christina Moreno G. Rubinato
Contadora-CRC1SP297849/O-9
CNAI nº 6.224 de 18/11/2009

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Balanco Patrimonial do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/Dez/2023</u>	<u>31/Dez/2022</u>
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas	6	401	246
Instrumentos financeiros	7	8.906	7.570
Outros créditos	8	12	43
IRRF á compensar	8	144	136
		9.463	7.995
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Devedores por depósitos em garantia	8	1.035	174
		1.035	174
Permanente			
Investimentos	9	6	6
Imobilizado	10	2.755	2.893
(-)Depreciações do imobilizado de uso	10	(1.188)	(866)
Intangível	11	242	230
(-) Amortizações do intangível	11	(198)	(190)
		1.617	2.073
Contas de Compensação Ativas			
Valores pendentes recebimento - Cobr. Judicial	12	920	928
Valores devidos consorciados - Grs. Encerrados	12	885	886
Valores aplicados - grupos encerrados	12	356	303
Rendas de TVM	12	529	527
Recursos de consórcio	12	154.822	144.875
Previsão Mensal de recursos a receber consorciados	12	1.701	1.697
		159.213	149.216
TOTAL DO ATIVO		171.328	159.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Balanco Patrimonial do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/Dez/2023</u>	<u>31/Dez/2022</u>
Passivo Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	14	203	219
Recursos a devolver a consorciados	13	1.047	863
Provisão para pagamentos a efetuar	14	865	763
Credores diversos - País	14	76	20
		<u>2.191</u>	<u>1.865</u>
Passivo Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Provisão para demandas judiciais	14	824	33
		<u>824</u>	<u>33</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	8.344	4.789
Reserva legal (Lucros a realizar)	15	756	3.555
		<u>9.100</u>	<u>8.344</u>
Contas de Compensação Passivas			
Valores pendentes recebimento - Cobr. Judicial	12	920	928
Valores devidos consorciados - Grs. Encerrados	12	885	886
Valores aplicados - grupos encerrados	12	356	303
Rendas de TVM	12	529	527
Recursos de consórcio	12	154.822	144.875
Previsão Mensal de recursos a receber consorciados	12	1.701	1.697
		<u>159.213</u>	<u>149.216</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>171.328</u>	<u>159.458</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Exercício 31/Dez/2023	Exercício 31/Dez/2022
Receitas bruta de serviços			
Taxa de administração	16	5.771	5.393
(-) Impostos incidentes	16	(702)	(658)
Receita líquida		5.069	4.735
(-) Despesas com pessoal	17	(2.979)	(2.709)
(-) Despesas administrativas e comerciais	18	(1.683)	(1.787)
(+) Outras receitas	21	235	204
Total das despesas administrativas		(4.427)	(4.292)
EBITDA		642	443
(-) Depreciações	18	(482)	(443)
(-) Amortizações	18	(8)	(8)
EBIT		152	(8)
(+/-) Resultado financeiro líquido	20	1.026	993
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL		1.178	985
(-) Imposto de renda	19	(304)	(251)
(-) Contribuição social	19	(118)	(99)
Resultado do exercício		756	635
Resultado por cotas de capital		0,09	0,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

DRA - Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Descrição	Exercício 31/Dez/2023	Exercício 31/Dez/2022
Resultado do Período	756	635
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	756	635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais)

	Exercício 31/Dez/2023	Exercício 31/Dez/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício	756	635
Depreciações e amortizações	490	249
Aumento de Capital para Distribuição de Lucros	3.555	(14)
Caixa operacional antes dos movimentos de capital de giro	4.801	870
Diminuição (Aumento) nos ativos:	(190)	1.080
Valores a receber pendentes cobrança Judicial	-	1.139
Adiantamentos salariais	5	(31)
Cheques pré-datados de consorciados	-	(2)
Devedores por depósitos em garantia	(402)	20
Impostos a compensar	188	(46)
Outros valores e bens	19	-
Aumento (Diminuição) nos passivos	574	(1.297)
Impostos e contribuições	31	48
Obrigações por recursos grupos encerrados	188	(1.431)
Provisão para pagamentos a efetuar	(49)	82
Provisão para passivos contingentes	360	1
Credores diversos país	44	3
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.185	653
Fluxo de caixa das atividades de Investimento:		
Adições/Baixas no imobilizado	(139)	(2.089)
Fluxo de caixa das atividades de Investimento:	(139)	(2.089)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Lucros Distribuídos no período	(3.555)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:	(3.555)	-
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.491	(1.436)
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.491	(1.436)
I - Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.816	9.252
II - Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9.307	7.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.789	3.555	8.344
Lucros Acumulados	-	(3.555)	(3.555)
Aumento de Capital	3.555	-	3.555
Resultado do 1º Semestre/2023	-	695	695
Saldos em 30 de junho de 2023	8.344	695	9.039
Resultado do 2º Semestre/2023	-	61	61
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.344	61	9.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO

Ativo circulante	<u>Nota</u>	<u>31/Dez/2023</u>	<u>31/Dez/2022</u>
Disponibilidades			
Depósitos bancários	7.1	228	180
Aplicações financeiras	7.1	<u>24.444</u>	<u>27.410</u>
		24.672	27.590
 Outros Créditos			
Direitos Junto a consorciados contemplados			
Normais	22	17.901	19.997
Em atraso	22	287	378
Em cobrança judicial	22	<u>473</u>	<u>392</u>
		18.661	20.767
 Total do circulante		<u>43.368</u>	<u>48.357</u>
 Compensação			
Consórcio			
Previsão mensal de recursos a receber	28	1.701	1.697
Contribuições devidas ao grupo	28	66.555	60.670
Valores de bens ou serviços a contemplar	28	<u>58.280</u>	<u>51.779</u>
Total da compensação		126.536	114.146
 TOTAL DO ATIVO		<u>169.904</u>	<u>162.503</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO

Passivo circulante	Nota	31/Dez/2023	31/Dez/2022
Obrigações com consorciados	23	12.328	13.489
Valores a repassar	24	1.232	1.530
Obrigações por contemplações a entregar	25	13.837	15.987
Recursos a devolver a consorciados	26	9.402	11.681
Recursos dos grupos	27	6.569	5.670
Total do passivo circulante		43.368	48.357
Compensação			
Consórcio			
Previsão mensal de recursos a receber	28	1.701	1.697
Contribuições devidas aos grupos	28	66.555	60.670
Valor dos bens ou serviços a contemplar	28	58.280	51.779
Total da compensação		126.536	114.146
TOTAL DO PASSIVO		169.904	162.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício 31/Dez/2023	Exercício 31/Dez/2022
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	26.786	25.316
Depósitos bancários	147	31
Aplicações financeiras	10.153	10.077
Aplicações vinculadas contemplações	16.486	15.208
RECURSOS COLETADOS	17.886	36.667
Contribuições para aquisição de bens	12.892	27.087
Taxa de administração	2.349	4.623
Contribuições ao fundo de reserva	395	805
Rendimentos de aplicações financeiras	1.387	2.534
Multas e juros moratórios	100	200
Prêmios de seguros	505	1.047
Outros	258	371
RECURSOS UTILIZADOS	20.000	34.393
Aquisição de bens	13.907	25.800
Taxa de administração	2.433	4.724
Multas e juros moratórios	50	100
Prêmios de seguros	523	1.059
Devolução a consorciados desligados	2.107	1.745
Outros	980	965
DISPONIBILIDADES FINAIS	24.672	27.590
Depósitos bancários	229	180
Aplicações financeiras	10.606	11.423
Aplicações vinculada contemplações	13.837	15.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

CNPJ nº 45.725.975/0001-15

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. - CONTEXTO OPERACIONAL

A Finama Administradora de Consórcio Ltda ("Administradora"), é uma sociedade limitada com sede localizada à Rua Luiz Vaz de Camões nº 2959, Bairro Redentora, em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

A Administradora tem por objeto social a constituição e a administração de grupos de consórcio destinados a facilitar a aquisição de bens móveis e serviços, principalmente, a pessoas físicas, sendo as concessionárias de veículos e motocicletas do Grupo Faria, seus parceiros na aquisição desses bens.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcios são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 29 de fevereiro de 2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras da Administradora, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

As demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios foram elaboradas conforme a Resolução BCB 2/2020.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das circulares e resolução do Banco Central do Brasil, foram aplicados integralmente na elaboração das demonstrações financeiras.

Pronunciamento CPC	Resoluções BCB
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ação	Resolução BCB nº 8/2020
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes	Resolução BCB nº 9/2020
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução BCB nº 59/2020
CPC 41 – Resultado por ação	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução BCB nº 120/2021

O Bacen também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações financeiras.

Normas do Banco Central	Pronunciamento CPC - Equivalente
Resolução BCB nº 06/2020 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Resolução BCB nº 07/2020 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível	CPC 04 (R1)

3. – NOVAS NORMAS E RESOLUÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

3.1 Resolução BCB 219 de 30 de março de 2022

Em 30 de março de 2022, foi divulgada a Resolução BCB nº 219, a qual definiu os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025, entretanto, foi exigido que as referidas instituições elaborassem em 31 de dezembro de 2022, e mantivesse à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil para os exercícios de 2023 e 2024. Com a publicação da Resolução BCB no. 352 em 23 de novembro de 2023 mencionando em seu artigo 1º, inciso II, letra “e” parágrafo 1º que o disposto nesta relação não se aplica à escrituração contábil nos grupos de consórcio de administradoras autorizadas a funcionar pelo BCB, exceto quanto à mensuração das aplicações financeiras, que devem ser mensuradas a valor justo, a administração não prevê impactos relevantes.

3.2 Resolução BCB 178 de 19 de janeiro de 2022

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Essa Resolução estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, porém, a administradora já está analisando e verificando os impactos que possam decorrer em função desta resolução de modo a estar adequado para o início de 2025.

3.3 Resolução BCB 285 de 19 de janeiro de 2023

Esta resolução, alterada pela Resolução BCB 362 de 14 de dezembro de 2023, dispõe sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcios. Seu início estava previsto para 01 de janeiro de 2024, e foi postergado para 01 de julho de 2024.

Esta resolução revogou diversas circulares, dentre as quais a de número 3.432 de 03 de fevereiro de 2009.

Principais assuntos tratados nesta resolução:

Contrato de participação em grupo de consórcio;
Constituição e recursos do grupo de consórcio;
Contemplação;
Utilização dos recursos;
Obrigações financeiras;
Exclusão de consorciados;
Adesão a grupo de consórcio em andamento;
Encerramento do grupo de consórcio;
Assembleias gerais;
Demonstrativo individual do consorciado.

A administradora está analisando as alterações decorrentes desta resolução, as quais entende estar plenamente em funcionamento a partir da data de sua vigência

4. - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

4.1. - Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, e a moeda funcional da Administradora é o Real.

4.2 - Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. A taxa de administração dos grupos de consórcios é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme o Artigo 8º, § 2º, da Circular nº 2.381/1993, do Banco Central do Brasil - BACEN. As despesas de comissões de vendas de cotas de consórcios são apropriadas ao resultado por ocasião do recebimento da venda às quais as comissões estão vinculadas e são classificadas na rubrica "Despesas com pessoal".

4.3 – Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual e o grau de recuperação dos valores registrados no seu ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4.4 Ativo circulante e não circulante

Os títulos e valores mobiliários são demonstrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os bens do imobilizado são contabilizados pelo método de custo de aquisição. Tais valores estão ajustados pela depreciação, calculada com base na sua vida útil econômica. A administração adota a prática de revisar ao final de cada semestre ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem o valor do seu imobilizado de forma a identificar possíveis perdas não recuperáveis. A perda, total ou parcial, é sempre reconhecida quando o montante de recuperação desses ativos for inferior ao seu valor contábil.

O ativo intangível está representado por gastos com sistemas aplicativos de informática que está em construção. Sua amortização será calculada observando o prazo de vida útil estimado.

4.5 Passivo circulante e não circulante

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, calculados em base "pro rata" dia. A provisão para imposto de renda, quando devida, é constituída à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de um adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 9% do lucro tributável antes do imposto de renda.

4.6 Provisões – Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, sendo: a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa. b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

5.-.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

5.1 Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme circular 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados "pro rata" dia.

5.2 Bens apreendidos ou retomados

Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes.

5.3 Direitos junto a consorciados contemplados - normais

Representamos valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

5.4 Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2024. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2023.

5.5 Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contemplações

Referem-se ao valor total das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o encerramento do grupo.

5.6 Valor dos bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

5.7 Obrigações com consorciados

Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados – valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados – valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços.

5.8 Valores a repassar

Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados a administradora ou a terceiros tais como: taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multa rescisória, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações para a qual não há títulos adequados.

5.9 Obrigações por contemplações a entregar

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

5.10 Obrigações com a Administradora

Representam o valor de eventuais obrigações do grupo de consórcio com a respectiva administradora.

5.11. Recursos a devolver a consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

5.12. Recursos do grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

5.13. Compensação

Previsão mensal de recursos a receber de consorciados: Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço.

Contribuições devidas ao grupo e suas obrigações de grupo por contribuições: Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

6. - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Referem-se a recursos em bancos com disponibilidade para resgate imediato, sendo as aplicações exclusivamente em renda fixa sem risco significativo de mudança de valor.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	401	246
Total	401	246

7. - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Administradora)

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de Investimento		
Banco Itaú	7.990	1.799
Banco Santander	916	5.771
Total	8.906	7.570

7.1. DISPONIBILIDADES E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Grupos)

As contas de disponibilidades e títulos e valores mobiliários possuem as seguintes composições:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades		
Depósitos bancários	228	180
Quotas de Fundos de Investimento (a)		
Banco Santander – FIC-FI	24.444	27.410
Total	24.672	27.590

(a) Aplicações em renda fixa FIC FI com rentabilidade média de 0,20% ao mês, sem vínculo restritivo e disponível para resgate imediato. Ao valor do principal aplicado são acrescidos os rendimentos auferidos no período em contra partida: do resultado do exercício, no caso de recursos da Empresa e do saldo de recursos a devolver a consorciados, no passivo, no caso dos recursos de grupos encerrados.

8. - OUTROS CRÉDITOS

Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos	12	43
IRRF a compensar	144	136
Devedores por depósitos em garantia	1.035	174
Total	1.191	353
Parcela circulante	156	179
Parcela não circulante	1.035	174

(a) Referem-se as custas administrativas e judiciais para cobrança de consorciados inadimplentes de grupos encerrados a créditos a receber de consorciados de grupos já encerrados decorrentes de demandas de cobrança em andamento em acionamento de seguro ou em fase de encaminhamento para cobrança judicial.

9. - INVESTIMENTOS

Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Terrenos	6	6
Total	6	6

10. - IMOBILIZADO LÍQUIDO

Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Móveis, utensílios e equipamentos	26	187
Aparelhos, ferramentas e equipamentos	121	-
Equipamentos de processamento de dados	17	3
Equipamentos de comunicação	5	6
Veículos	1.398	1.831
Total	1.567	2.027

11. - INTANGÍVEL

Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Marcas e patentes	26	26
Software	18	14
Total	44	40

12. -CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVAS / PASSIVAS

Representados por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial	920	928
Valores devidos aos consorciados – grupos encerrados – controle		
Recursos não procurados – grupos encerrados	356	491
Recursos recebidos de cotas no juridico	519	372
Bens apreendidos	10	23
Valores aplicados (FI-FICFI) de recursos não procurados	356	303
Rendas de TVM	529	527
Recursos de consorcio		
Recursos utilizados	130.150	117.285
Recursos a utilizar	24.672	27.590
Previsã Mensal de recursos a receber	1.701	1.697
Total	159.213	149.216

13. - RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Referem-se aos recursos não procurados de consorciados desligados, desistentes ou excluídos de grupos encerrados. O passivo é constituído em contrapartida da aplicação financeira dos recursos capitalizados pelos rendimentos das aplicações financeiras até a data do balanço.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Grupos encerrados	528	491
Grupos encerrados – Depto Jurídico	519	372
Total	1.047	863

14. - OUTROS PASSIVOS

Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a recolher	203	219
Provisão para pagamentos a efetuar	865	763
Credores diversos – País	76	20
Provisão para passivos contingentes (a)	824	33
Total	1.968	1.035

- (a) A Empresa possui processos judiciais de natureza cível avaliado pelos assessores jurídicos como de risco de perda provável, o risco de perda estimado pelos seus advogados em 31 de dezembro de 2023, é de MR\$ 824.

15. - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social, subscrito e integralizado está representado por 8.344 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando MR\$ 8.344.

b) Lucro por cota de capital

O lucro por cota de capital é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos sócios, pela quantidade de cotas durante o período.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado atribuível aos sócios da administradora	756	635
Quantidade de cotas	8.344	4.789
Resultado básico e diluído por cotas	0,09	0,13

15.1 – LIMITE DE ALAVANCAGEM

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido na Circular nº 3.524 de 03/02/2011, do Bacen, é de 6 (seis) vezes o valor de seu patrimônio líquido ajustado, obtido por meio dos seguintes fatores:

CONTA	NOMENCLATURA	31/dez/2023	31/dez/2022
(+) 09.0.0.0-7	Disponibilidades (4350)	24.672	27.590
(-) 09.6.0.0-9	Aplicação Vinc. Contemplação (4350)	(13.837)	(15.987)
(+) 4.0.0.00-8	Passivo Circulante e não circulante (4010)	3.015	1.898
	TOTAL	13.850	13.501
	Divisor Utilizado	6	6
	Patrimônio Líquido Exigido (1)	2.308	2.250
(+) 6.0.0.00-2	Patrimônio Líquido Contábil em 31.12.2023	9.100	8.344
(+/-)	Ajustes da Auditoria	-	-
	Patrimônio Líquido Ajustado (2)	9.100	8.344
	RESULTADO POSITIVO PATRIMONIAL (3) = (2) – (1)	6.792	6.094

15.2 - LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

Mediante o limite de imobilização determinado no artigo 2º, parágrafo 1º, inciso I da Circular nº 3.524 de 03 de fevereiro de 2011, o Ativo Permanente das administradoras de consórcio a partir de 31/01/2015, não poderá ultrapassar 100% do valor do respectivo PLA, como demonstramos a seguir com base no balanço de 30/06/2022.

Conta	Descrição	31/12/2023	%	31/12/2022	%
6.0.0.00-2	Patrimônio Líquido Ajustado	9.100		8.344	
	100 % PLA (Limite)	9.100		8.344	
2.2.0.00-2	Ativo Permanente	1.617	18%	2.073	25%
	LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	7.483		6.271	

16. - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Representados por:

Descrição	2º Semestre 31/12/2023	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Rendas de taxa de administração	2.838	5.771	5.393
(-) Impostos incidentes	(344)	(702)	(658)
Total	2.494	5.069	4.735

A Resolução BCB número 120 de 27 de julho de 2021, com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2022, dispõe sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil, adotando o regime de competência mensal pelas administradoras de consórcios. Esta 22 resolução estabelece que as administradoras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contratos com clientes.

Esta resolução revogou o parágrafo 2º do Art. 8º da carta circular no. 2381 de 18 de novembro de 1993 que mencionava que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2022, a adoção do CPC 47 – Receita de contrato com cliente. O CPC estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência e refletir a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado.

Apesar dos esforços empreendidos a administradora constatou ainda não possuir solução sistêmica, incertezas existentes quanto a aplicabilidade e processos adequados que permitam adotar de forma individual e segura o princípio de competência mensal em substituição ao que vem sendo adotado quanto a taxa de administração dos grupos pelo seu efetivo recebimento.

17.- DESPESAS COM PESSOAL

Representado por:

Descrição	2º Semestre 31/12/2023	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Salários e gratificação	(718)	(1.385)	(1.207)
Comissões	(333)	(603)	(516)
Provisão de férias/13º salários	(131)	(284)	(357)
Encargos sociais	(376)	(697)	(625)
Benefícios	(6)	(10)	(4)
Total	(1.564)	(2.979)	(2.709)

18.- DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

Representado por:

Descrição	2º Semestre 31/12/2023	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Despesas com aluguéis	(3)	(12)	(15)
Despesas com água, luz e gás	(15)	(30)	(57)
Despesas de comunicação	(33)	(66)	(71)
Despesas com material escritorio e limpeza	(9)	(18)	(22)
Despesas de manut. e conserv. de bens	(13)	(26)	(32)
Despesas com processamento de dados	(127)	(258)	(231)
Despesas com propaganda e publicidade	(225)	(432)	(395)
Despesas com transportes	(31)	(56)	(89)
Despesas tributárias	(87)	(162)	(143)
Despesas com prestação de serviços	(69)	(130)	(106)
Despesas com viagens	(1)	(2)	(3)
Depreciações e amortizações	(238)	(490)	(451)
Outras despesas	(275)	(491)	(623)
Total	(1.126)	(2.173)	(2.228)

19.- IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Representado por:

Descrição	2º Semestre 31/12/2023	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Despesa de imposto de renda	(304)	(304)	(251)
Despesa de contribuição social	(118)	(118)	(99)
Total	(422)	(422)	(350)

20.- RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro das movimentações dos instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas, produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Descrição	2º Semestre 31/12/2023	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Despesas financeiras			
Despesas bancárias	(1)	(5)	(8)
	(1)	(5)	(8)
Receitas financeira			
Rendimentos de apliações financeiras	529	1.031	1.001
	529	1.031	1.001
Total	528	1.026	993

21.- OUTRAS RECEITAS

Composição:

Descrição	2º Semestre 31/12/2023	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Outras receitas operac./não operacionais	102	137	190
Ganhos de capital – alienação de bens	49	98	14
Total	151	235	204

22. - DIREITOS JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS – A VENCER

Valores a receber de consorciados contemplados reconhecidos pela diferença entre o montante pago e o valor da carta de crédito.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
(+) Normais	17.936	19.997
Em atraso	287	378
Em cobrança judicial	473	392
Total	18.696	20.767

23.- OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Recebimentos não identificados (a)	523	418
Contribuições de consorciados não contemplados (b)	11.805	13.071
Total	12.328	13.489

(a) Refere-se a recebimentos via depósito de mensalidades ainda em processo de identificação;

(b) Registra os valores de recebimentos (fundo comum) de consorciados não contemplados

24. - VALORES A REPASSAR

Demonstra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos para a Empresa referentes à taxa de administração, multa rescisória, outros recursos (taxa de transferência; tarifa bancária e taxa registro de gravame). Quanto aos prêmios de seguro correspondem ao seguro de vida cobrados dos consorciados que serão repassados à seguradora.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de administração	1	-
Prêmios de seguros	81	87
Multa rescisória	1.150	1.443
Total	1.232	1.530

25.- OBRIGAÇÕES POR CONTEMPLAÇÕES A ENTREGAR

Registra os valores dos créditos a repassar aos consorciados contemplados nas assembleias, acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira e deduzidos os valores de créditos já pagos demonstrando assim, o valor que ainda a Empresa tem obrigação de repassar aos consorciados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
(+) Obrigações – contempl. a entregar – transferência	111.051	103.451
(-) Obrigações – contempl. a entregar – pagamento	(98.546)	(89.397)
(+) Obrigações – contempl. a entregar – rendimentos	3.961	2.842
(+) Obrigações – contempl. a entregar – reajuste crédito	2	1
(-) Obrigações – contempl. a entregar - Pagto cancelados	(2.631)	(910)
Total	13.837	15.987

26.- RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Correspondem aos valores dos recursos dos grupos que serão devolvidos aos consorciados ativos pelo excesso de amortizações e aos consorciados desligados, desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições deduzidos de multas.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Consortiados ativos	195	145
Consortiados desligados	9.207	11.536
Total	9.402	11.681

27. - RECURSOS DOS GRUPOS

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, além de valores das atualizações de obrigações e atualizações de direitos, que são geradas de acordo com as atualizações dos bens.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de reserva	4.346	4.134
Rendimentos – aplicações financeiras	1.910	1.440
Multas e juros – moratórios retidos	1.941	1.921
Atualização de direitos	3.878	4.492
(-) Atualização de obrigações	(5.506)	(6.317)
Total	6.569	5.670

28.- COMPENSAÇÃO

Composto por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Previsão mensal de reitas a receber (a)	1.701	1.697
Contribuições devidas ao grupo(b)	66.555	60.670
Valor dos bens ou serviços a contemplar (c)	58.280	51.779
Total	126.536	114.146

- (a) Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições para formação de fundo comum de consorciados com expectativa de recebimento no mês seguinte ao de encerramento das demonstrações financeiras;
- (b) São as previsões do total de contribuições para constituição de fundo comum devidas pelos consorciados ativos e direito até o encerramento dos grupos;
- (c) Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras.

29. - RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações dos grupos de consórcio apresentam a seguinte posição: **(Quantidade)**

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Grupos em andamento	31	31
Bens entregues no período	850	865
Taxa de inadimplência	17%	18%
Consorticiados ativos	5.048	5.002
Consorticiados desistentes ou excluídos	6.081	6.384
Consorticiados quitados	1.685	1.557
Bens pendentes de entrega (móveis)	355	444
Créditos vinculados (imóveis)	15	32

30 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Representado por:

Descrição	Exercício/2023		Exercício/2022	
	Recorrente	Não Recorrente	Recorrente	Não Recorrente
Resultado antes da tributação	1.178	-	985	-
(-) IR e CSL	(422)	-	(350)	-
Lucro líquido do exercício	756	-	635	-

- De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34)

31. - COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE OUVIDORIA

Atendendo ao disposto na Circular nº 3.501 de 16 de julho de 2010 do BACEN, a estrutura do Componente Organizacional de Ouvidoria foi implementada, estando de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Administradora.

A Resolução nº 4.433 de 27 de julho de 2015 do BACEN revogou a Resolução nº 3.849 de 25 de março de 2010, que em seu artigo 4º, parágrafo 6, item I, obrigava a revisão do relatório da Ouvidoria pela auditoria externa.

Em 23 de outubro de 2020, foi publicado a Resolução CMN Nº 4.860, onde foram alteradas as regras sobre constituição e funcionamento do componente organizacional de ouvidoria.

32. – PARTES RELACIONADAS

Nos termos da Carta-Circular nº 3.410 de 13/08/2009, e pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas, informamos que as transações com partes relacionadas se restringiram ao pagamento de bens junto as empresas ligadas (FARIA VEICULOS LTDA e FARIA MOTOS LTDA), eventualmente adquiridos dessas empresas coligadas por consorciados contemplados em grupos de consórcio por nós administrados.

33. – MANUAL DE CONTROLES INTERNOS

A Administradora mantém atualizado o Manual de Controles Internos, onde encontra-se registrado:

- a-) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b-) O gerenciamento de riscos; e
- c-) O gerenciamento de contingências.

34. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Administradora não possui saldo de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023, cujas divulgações sejam requeridas nos termos das normas e instruções do BACEN.

35 – GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Risco de crédito

A atividade de administração de consórcios, por sua própria natureza, possui reduzidos fatores de riscos financeiros, visto que o principal risco, o de crédito de um grupo de consórcio, é assumido pelo grupo de consorciados. Contudo, a administradora pode, por questões comerciais, assumir os saldos dos grupos que venham a se encerrar devedores, assumindo os créditos juntos aos consorciados inadimplentes.

A empresa tem como prática a contemplação de todos os consorciados inadimplentes quando do encerramento dos grupos de consórcio, mesmo que o grupo se encerre devedor. Essa prática expõe a administradora a um risco de crédito, cuja gestão é realizada corporativamente e busca minimizar potenciais efeitos adversos na empresa.

Os principais procedimentos de gestão do risco de crédito são: análise de crédito detalhada quando do pagamento do bem ou serviço ao consorciado e a obtenção de garantias, alienação do bem entregue ou garantia real no caso de um serviço;

b) Risco de liquidez

A Administradora é capitalizada, não possui recursos tomados junto a terceiros e todas suas disponibilidades são aplicadas em Títulos e Valores Mobiliários, em sua maioria de liquidez imediata, em instituições financeiras, consideradas pelo mercado, de primeira linha. Sendo assim, o risco de liquidez da Administradora é praticamente nulo.

Adicionalmente, a Administradora possui limites de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais que estão sendo observados pela administração, conforme disposições do Banco Central do Brasil.

36. - CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade de o Consórcio continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o exercício 2023 impactado pela inflação e juros elevados que atingiu diversos segmentos no Brasil, fatores que comprometem o poder de compra e capacidade de pagamento, com possível alta de inadimplência, a Administradora possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem.

Apesar do cenário atual recente, considerando a experiência do Consórcio no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

37. - FATOS SUBSEQUENTES

A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão, não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

HELENA APARECIDA S. MOLENA
DIRETORA FINANCEIRA

JURACY FERREIRA DE SOUZA
TC-CRC 1SP224787/O-5